



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

PROCESSO Nº 53000.027222/2013-69
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2013-MC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO IMPETRADA PELA EMPRESA WORKS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

RESPOSTA

1. A Coordenação de Administração de Recursos Logísticos do Ministério das Comunicações, tendo tomado conhecimento por meio eletrônico (e-mail), do teor da **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** impetrada no dia 08 de julho de 2013, pela empresa **WORKS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, questionando exigências editalícias relativas aos itens 11.2.3.2.2 e 11.2.3.2.3, do Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2013-MC deste Ministério, precisamente quanto às “*exigências relativas à qualificação econômico-financeira e capacidade operativa*”, vem informar e esclarecer o que segue:
2. A Impugnante, em uma síntese de sua Impugnação, alega existir exigências no edital que seriam abusivas e restritivas quanto à isonomia e, conseqüentemente, à angariação do maior número de participantes, posto que, em seu entendimento, seriam ilegais as exigências de comprovações de existência de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, prevista no item 11.2.3.2.2 do Edital (e **não** no item 11.1.1.1.1, conforme citado pela Impugnante em sua peça), concomitantemente à exigência de capacidade técnica operacional, prevista no item 11.2.3.2.3 (e **não** no item 11.1.1.1.2), conforme citado pela Impugnante.
3. Afirma serem as exigências supratranscritas relativas à qualificação econômico-financeira.
4. Pugna, desta forma, pela alteração do edital, para se incluir a permissão de cumprimento alternativo dos requisitos, ou pela supressão da exigência descrita no subitem 1.1.1.1.2 (sic).
5. Todavia, não assiste nenhuma razão de direito ao petitório em questão.
6. De fato, em primeiro lugar é necessário consignar que as exigências em comento não são relativas à qualificação econômico-financeira, mas sim uma desta natureza, e a outra relativa à capacidade técnico-operacional da licitante.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

7. Deveras, muita embora ambas as exigências digam respeito a patrimônio líquido, somente a primeira (11.2.3.2.2) tenciona averiguar esse indicativo. A segunda exigência (a do item 11.2.3.2.3), busca verificar a capacidade técnico-operacional.

8. Uma leitura mais acurada dos itens transparece esse entendimento.

9. Em assim sendo, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos é taxativa quanto à possibilidade de termos a exigência desses indicadores cumulativamente, senão vejamos o § 4º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, “verbis”:

“§ 4º - Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.” (sublinhamos)

10. No mesmo sentido, a Corte Máxima de Contas já decidiu a favor da cumulatividade de exigências, no Acórdão nº 2247/2011-Plenário, TC -016.363/2011-6, Relator Ministro Waltson Alencar Rodrigues, em 24.08.2011:

“Plenário.

(...)

A exigência de relação dos compromissos assumidos, calculada em função do patrimônio líquido atualizado, para o fim de qualificação econômico-financeira, não ofende o estatuto das licitações.

(...)”

11. Diante do exposto, entendo que restou esclarecida a questão suscitada na peça impugnatória, motivo pelo qual sugiro ao Senhor Pregoeiro, responsável pela condução dos trabalhos relativos ao Pregão Eletrônico nº 11/2013-MC, que conheça da Impugnação, posto que tempestiva e consoante os demais requisitos legais, mas que no mérito **não lhe dê provimento**, visto que a mesma não possui amparo na lei e na jurisprudência nacional.

12. Nesse sentido, mantenha-se o normal prosseguimento do certame em comento, mantendo-se inalterado o edital e seus anexos, tal como concebido por esta Administração.

Brasília, 12 de julho de 2013.

KÁTIA MARIA DE OLIVEIRA RACHID
Coordenadora de Administração de Recursos Logísticos

De acordo,

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro